

Relatório de execução orçamental

AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.

2º trimestre 2021

1. ANÁLISE DE RESULTADOS

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

3. INVESTIMENTO

4.1. ANÁLISE DE EVOLUÇÃO DE PRINCÍPIOS ORÇAMENTAIS (Atividade Total)

4.2. ANÁLISE DE EVOLUÇÃO DE PRINCÍPIOS ORÇAMENTAIS (Atividade Comparável)

ACRÓNIMOS e FÓRMULAS

ANEXO: Parecer dos Órgãos de Fiscalização

1. ANÁLISE DE RESULTADOS

2º trimestre 2021

Demonstração de Resultados	2021				6M		
	1º T	2º T	3º T	4º T	2021	2020	Orç. 2021
Venda de água	€	0	0		0	0	0
Prestação de Serviços	€	4 204 514	4 006 174		8 210 687	5 884 144	8 840 079
Compens. uniformização tarifária	€	0	0		0	0	0
Rend. Construção (IFRIC 12)	€	0	0		0	0	0
Desvio de recuperação de gastos	€	0	0		0	0	0
Volume de Negócios	€	4 204 514	4 006 174		8 210 687	5 884 144	8 840 079
Custo das vendas/variação inventários	€	0	0		0	0	0
Margem Bruta	€	4 204 514	4 006 174		8 210 687	5 884 144	8 840 079
Fornecimentos e serviços externos	€	741 832	954 275		1 696 107	1 593 588	3 179 210
Gastos Pessoal afeto à concessão	€	0	0		0	0	0
Gastos com pessoal	€	1 717 411	1 686 797		3 404 209	2 198 862	3 781 973
Amortizações	€	74 299	74 299		148 597	75 240	111 222
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	€	0	0		0	0	0
Outros Gastos e Perdas Operacionais	€	5 400	10 089		15 489	17 718	173 839
Subsídios ao Investimento	€	0	0		0	0	0
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	€	1 135 994	491 318		1 627 311	60 739	0
Resultados Operacionais	€	2 801 565	1 772 031		4 573 596	2 059 475	1 593 834
Gastos Financeiros	€	755 140	702 968		1 458 108	2 531 308	1 806 221
Rendimentos Financeiros	€	4 557 077	44 691 382		49 248 459	54 645 884	46 590 748
Resultados Financeiros	€	3 801 937	43 988 415		47 790 352	52 114 575	44 784 527
Resultados Antes de imposto	€	6 603 501	45 760 446		52 363 947	54 174 050	46 378 361
Imposto sobre o Rendimento	€	1 640 000	1 682 063		3 322 063	2 411 183	2 004 628
Resultado Líquido do Exercício	€	4 963 501	44 078 383		49 041 884	51 762 867	44 373 733

Nota:

As rubricas: *Rendimentos Construção (IFRIC12)* e *Desvio Recuperação de Gastos (DGR)* não são aplicáveis às contas da AdP SGPS individuais. Estas rubricas apenas integram as DF's das empresas Concessionárias.

Indicadores de Resultados	2021				6M		
	1º T	2º T	3º T	4º T	2021	2020	Orç. 2021
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes	€	2 801 565	1 772 031		4 573 596	2 059 475	1 593 834
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation	€	2 875 864	1 846 330		4 722 193	2 134 715	1 705 057
Margem EBITDA	%	68%	46%		58%	36%	19%
Gastos Operacionais/EBITDA	%	86%	144%		108%	178%	418%

Nota:

Estes indicadores refletem os valores acumulados dos 3 meses de cada trimestre. O valor acumulado do ano está refletido nas 3 últimas colunas, para cada período em análise.

ENQUADRAMENTO	
<p>O ano 2021 corresponde ao 1º exercício que reflete, na íntegra, o processo de reorganização corporativa, com a transferência para a gestão da AdP SGPS, de um conjunto de áreas/direções até então pertencentes à AdP VALOR.</p> <p>A monitorização, análise e cálculo do cumprimento dos princípios e orientações é realizada ao abrigo do disposto no DLEO para 2019 (DL 84/2019, de 28 de junho), das IEPG para 2020 (ofício nº 3653, de 26 de setembro de 2019) e do despacho 395/2020 do SET.</p> <p>O PAO2021 foi submetido no SIRIEF no dia 27-12-2020, tendo sido objeto de despacho pelo SET (nº505/2021, de 16.06.2021) que não aprovou o PAO proposto. Na sequência do mesmo despacho e conforme o mesmo, iniciaram-se as diligências necessárias no sentido dum esclarecimento, o qual já foi feito e entregue quer à Párpública quer ao SET. Atualmente, aguarda-se pronúncia e decisão por parte do SET/UTAM.</p> <p>O exercício de análise do desempenho de 2021, requer em função da reorganização corporativa, a necessidade de distinção entre a atividade histórica da AdP SGPS, que não considera o impacto da atividade transitada da AdP VALOR e a atividade não recorrente que traduz apenas os rendimentos e gastos associados às direções transitadas da AdP VALOR. Foi, de resto, neste pressuposto e racional que foi elaborada a proposta de PAO para 2021 e assumidos os cumprimentos dos princípios orçamentais para o ano de 2021 em função da atividade corrente, que constituiu um novo indicador ao abrigo do nº2 do artº 158 do DLEO nº84/2019 de 28 de junho.</p>	
Resultado Líquido do Exercício	49,0 M€
<p>O Resultado Líquido a junho apresenta uma variação de -5,3% face a 2020 e crescimento de 10,5% face ao previsto. Face a 2020, a variação decorre da redução do valor de dividendos, relacionados com efeitos COVID na EPAL e AdSA e ao efeito da OT (0,29% em 2021 e 0,61% em 2020) nos SMM e Parcerias. Regista-se ainda, em 2021, o reconhecimento de 1,6 M€, como proveito operacional, em função da substituição de declarações de IVA dos anos de 2016, 2017 e 2018, com impacto em resultados quer face a 2020 quer face ao orçamentado.</p>	
Volume de Negócios	8,2 M€
<p>Até junho, o Volume de Negócios da SGPS apresenta uma variação de 39,5% face a 2020 e um desvio de -7,1% face ao orçamentado. A variação favorável face a 2020 é resultante da reorganização efetivada, que traduz o reconhecimento dos rendimentos inerentes às 3 direções transferidas em 2021, inexistente no 2º trimestre 2020, período em que os referidos rendimentos estavam na esfera da AdP VALOR. O desvio face ao orçamento fica a dever-se sobretudo a uma menor faturação de rendimentos provenientes das direções transitadas da AdP VALOR.</p> <p>No que respeita ao fee's de gestão, observa-se um crescimento face à 2020 em função do aumento do VN das empresas, exceção feita a AdNorte, EPAL e AdTA.</p>	
Gastos Operacionais	5,3 M€
<p>Até junho, os Gastos Operacionais da AdP SGPS apresentam uma variação de 34,5% face a 2020 e um desvio de -26,7% face ao orçamentado. A variação face a 2020, é explicada pela rubrica de Gastos com Pessoal (54,8%), decorrente do processo de reorganização do Grupo AdP (com efeitos a 01 de agosto de 2020), com a integração na AdP SGPS das direções Jurídica, Sistemas de Informação e Compras e Logística, anteriormente pertencentes à estrutura da AdP Valor.</p> <p>Os FSE's, face a 2020, apresentam uma variação de 6,4%, sendo que as rubricas que mais contribuem para essa variação correspondem à Trab. Especializados-Assessoria Jurídica (+29,7 m€), Rendas e Alugueres (+22,5 m€), Trab. Especializados-Cedência de Espaço (+22,9 m€), Trab. Especializados-Assist. Informática (+22,0 m€) e Trab. Especializados-Publicidade e Propaganda (+22,0 m€), em contrapartida de Trab. Especializados-Estudos e Consultoria (-13,9 m€), Trab. Especializados-Assist. Técnica (-7,7 m€), Seguros (-7,0 m€) e Trab. Especializados-Assessoria Financeira (-6,1 m€). De referir ainda que, no 2º trimestre, a variação ocorrida em algumas rubricas de FSE's decorre do processo de reorganização, com efeitos a 01 de agosto 2020.</p> <p>A variação face ao orçamentado, é explicada em grande parte pela rubrica de FSE's que apresenta uma variação de -46,7%. Para esta variação contribuiu não execução dos gastos previstos, sobretudo respeitantes a Trabalhos Especializados, designadamente: Assistência Informática e Jurídica.</p>	
Resultado financeiro	47,8 M€
<p>O Resultado Financeiro cifrou-se em 47,8 M€, que reflete uma variação -8,3% face a 2020 e um desvio de +6,7% face ao orçamento. Relativamente ao rendimentos financeiros e face a 2020, a variação decorre essencialmente da redução verificada no valor de dividendos recebidos (-4,5 M€). Verifica-se ainda a redução das comissões associadas ao BEI, cobradas às empresas do Grupo. Quando comparado com o valor orçamentado, os rendimentos financeiros são superiores em 2,7 M€, justificados pela maior distribuição de dividendos da EPAL.</p> <p>No que respeita aos Gastos Financeiros, regista-se o alinhamento com o PAO e uma redução face a 2020, em função de um valor inferior de juros suportados associados aos empréstimos obrigacionistas.</p>	

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

2º trimestre 2021

Demonstração da Posição Financeira	2021				Acumulado 2021	12M	
	3M	6M	9M	12M		2020	Orç. 2021
Ativos não correntes	€ 1 366 342 213	1 359 490 637			1359 490 637	1353 732 818	1348 367 352
Ativo intangível	€ 0	0			0	53 170	0
Ativo tangível	€ 67 153	65 803			65 803	15 334	9 752
Ativos sob direito de uso	€ 560 938	487 989			487 989	633 886	259 590
Inv. Financeiros (Suprimentos)	€ 652 989 102	645 293 824			645 293 824	640 350 982	630 373 302
Investimentos financeiros em Associadas	€ 712 725 020	713 643 020			713 643 020	712 679 446	717 667 428
Acordos de pagamento (Clientes)	€ 0	0			0	0	0
Outros	€ 0	0			0	0	57 280
Ativos correntes	€ 54 885 644	78 533 137			78 533 137	86 577 377	82 510 608
Clientes	€ 6 931 561	4 720 433			4 720 433	5 893 041	3 323 076
Disponibilidades	€ 25 515 751	43 431 118			43 431 118	11 522 666	20 936 428
Outros ativos correntes	€ 22 438 332	30 381 585			30 381 585	69 161 670	58 251 105
Ativo total	€ 1 421 227 858	1 438 023 773			1438 023 773	1440 310 196	1430 877 960
Capital Social	€ 434 500 000	434 500 000			434 500 000	434 500 000	434 500 000
Ações próprias	€ 0	0			0	0	0
Resultados transitados e reservas	€ 422 779 892	395 279 892			395 279 892	362 214 156	392 606 620
Resultado líquido	€ 4 963 501	49 041 884			49 041 884	60 565 736	51 561 372
Capital Próprio	€ 862 243 393	878 821 776			878 821 776	857 279 892	878 667 992
Passivos não Correntes	€ 546 286 567	546 057 729			546 057 729	549 549 446	542 776 594
Financiamentos obtidos	€ 540 909 091	540 909 091			540 909 091	544 318 182	537 500 000
Passivos da Locação	€ 187 886	168 006			168 006	231 264	29 690
Subsídios ao investimento	€ 189 591	-19 367			-19 367	0	189 591
Acrés. Custos Investim. Contratual	€ 0	0			0	0	0
Outros passivos não correntes	€ 5 000 000	5 000 000			5 000 000	5 000 000	5 057 313
Passivos Correntes	€ 12 697 897	13 144 268			13 144 268	33 480 858	9 433 374
Financiamentos obtidos	€ 6 818 182	6 818 182			6 818 182	28 818 182	6 818 182
Passivos da Locação	€ 296 672	278 015			278 015	294 983	229 899
Outros passivos correntes	€ 5 583 043	6 048 071			6 048 071	4 367 693	2 385 293
Passivo total	€ 558 984 464	559 201 997			559 201 997	583 030 304	552 209 969
Passivo + Capital Próprio	€ 1 421 227 858	1 438 023 773			1438 023 773	1440 310 196	1430 877 961

Indicadores da Posição Financeira	2021				Acumulado 2021	12M	
	3M	6M	9M	12M		2020	Orç. 2021
Autonomia Financeira	%	61%	61%		61%	60%	61%
Liquidez Geral	n.º	4,3	6,0		6,0	2,6	8,7
Solvabilidade	n.º	1,5	1,6		1,6	1,5	1,6
Fundo de Maneio	€	42 187 747	65 388 869		65 388 869	53 096 519	73 077 234
ROCE - Rentabilidade do Capital Empregue	%	0,8%	0,2%		0,2%	0,4%	0,2%
ROE - Rentabilidade do Capital Próprio	%	2,3%	10,6%		10,6%	7,1%	5,9%
ROA - Rentabilidade dos Ativos	%	1,4%	6,8%		6,8%	4,2%	3,6%

Nota: Estes indicadores são anualizados nas componentes de resultados

Indicadores da Posição Financeira	2021				Acumulado 2021	12M	
	3M	6M	9M	12M		2020	Orç. 2021
PMP (conforme RCM n.º33/2008 de 22 de fevereiro e Despacho n.º9870/2009)	Dias	26	52		52	28	38

Posição Patrimonial - Ativo	1 438,0 M€
<p>O Ativo Total apresenta uma redução face ao Real 2020 (2,3 M€), assente fundamentalmente na redução constante na rubrica de Outros Ativos Correntes (38,8 M€), em contrapartida do aumento de 4,9 M€ em Investimentos Financeiros (via redução dos suprimentos) e de 31,9 M€ constante na rubrica de Disponibilidades (liquidação do empréstimo da EPAL 22M€). Face ao face ao Orçamentado, verifica-se um aumento (7,2 M€), assente fundamentalmente nos aumentos constantes nas rubricas de Investimentos Financeiros (14,9 M€) e Disponibilidades (22,5 M€), em contrapartida da redução de 27,9 M€ constante na rubrica de Outros Ativos Correntes.</p> <p>Em 2021 deu-se continuidade à gestão centralizada do financiamento e disponibilidades do Grupo, no sentido de permitir uma gestão integrada das necessidades financeiras. Esta gestão permite e tem permitido evitar e/ou mitigar situações de ruturas de tesouraria.</p> <p>A dívida de Clientes cifra-se em 4,7 M€, o que reflete uma redução de 1,2 M€ face a 2020. Cerca de 67% do valor corresponde sobretudo à faturação (de juros dos empréstimos às participadas, comissões BEI e fee's de gestão) do período, ainda não vencida. Face ao orçamentado, o acréscimo de 1,4 M€ decorre do facto de que, em sede de orçamento, se previu faturação e recebimento dos valores estimados de acordo com os prazos médios contratados.</p> <p>A rubrica de outros ativos correntes regista uma redução significativa face aos períodos em comparação, em virtude do reembolso realizado por parte das empresas participadas no 1º semestre. Destaca-se o reembolso da AdVT, em cerca de 30M€ realizado em janeiro.</p>	
Posição Patrimonial - Passivo	559,2 M€
<p>O Passivo Total reduz significativamente face ao Real 2020 (23,8 M€), justificada essencialmente pela amortização dos empréstimos obtidos junto das empresas subsidiárias com excedentes de tesouraria, mais concretamente -22 M€ junto da EPAL, em jan/21.</p> <p>Face ao orçamentado, regista-se um desvio de 7,0 M€, decorrente fundamentalmente da variação das rubricas de Financiamento Obtidos e de Outros Passivos Correntes. O saldo do passivo financeiro a curto prazo é relativo a amortização de capital, em 2021, do empréstimo obrigacionista.</p>	
Indicadores da Posição Financeira	
<p>Liquidez geral e Fundo de Maneio: os desvios registados nestes indicadores face ao valor orçamentado, decorre de na previsão não terem sido segregados os valores de curto prazo da amortização do empréstimo obrigacionista na rubrica de Financiamentos Obtidos (Curto Prazo), estando refletidos na íntegra em médio e longo prazo.</p>	
Posição Patrimonial - PMP	52 Dias
<p>No âmbito do cumprimento das orientações legais, assinala-se o cumprimento da RCM n.º 34/2008 referente ao Prazo Médio de pagamentos. O indicador é calculado com base nos últimos 4 trimestres.</p>	

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

2º trimestre 2021

Financiamento	2021				Acumulado 2021	12M	
	3M	6M	9M	12M		2020	Orç. 2021
Empréstimos e Passivos da Locação equiparados	€ 547 727 273	547 727 273			547 727 273	573 136 364	544 318 182
Médio e Longo Prazo	€ 540 909 091	540 909 091			540 909 091	544 318 182	537 500 000
BEI	€ 0	0			0	0	0
Banca Comercial	€ 540 909 091	540 909 091			540 909 091	544 318 182	537 500 000
Empresas do grupo	€ 0	0			0	0	0
Passivo da Locação*	€ 0	0			0	0	0
Outros	€ 0	0			0	0	0
Curto Prazo	€ 6 818 182	6 818 182			6 818 182	28 818 182	6 818 182
BEI	€ 0	0			0	0	0
Banca Comercial	€ 6 818 182	6 818 182			6 818 182	6 818 182	6 818 182
Empresas do grupo	€ 0	0			0	22 000 000	0
Descobertos bancários	€ 0	0			0	0	0
Passivo da Locação*	€ 0	0			0	0	0
Outros	€ 0	0			0	0	0

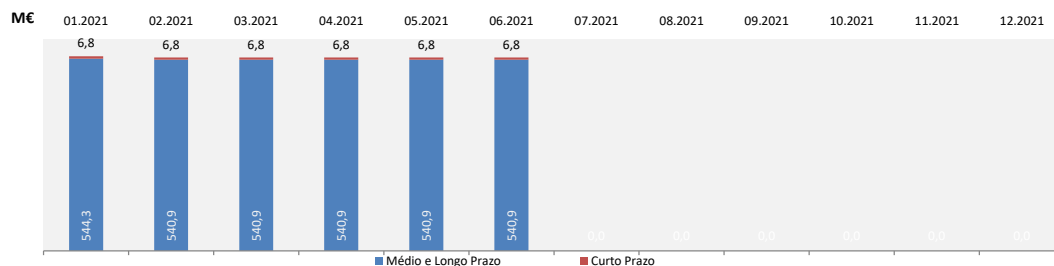
* Para o Financiamento apenas se considera o Passivo da Locação relativo a entidades equiparadas a instituições financeiras, pelo que não se inclui o passivo da locação relativo aos contratos de AOV

Indicadores de Financiamento	2021				Acumulado 2021	12M	
	3M	6M	9M	12M		2020	Orç. 2021
Dívida Financeira	€ 547 727 273	547 727 273			547 727 273	573 136 364	544 318 182
Debt to Equity	€ 0,6	0,6			0,6	0,7	0,6
Net Debt - Endividamento líquido	€ 522 211 522	504 296 155			504 296 155	561 613 698	523 381 754
Net Debt to EBITDA	€ 45	137			137	98	139

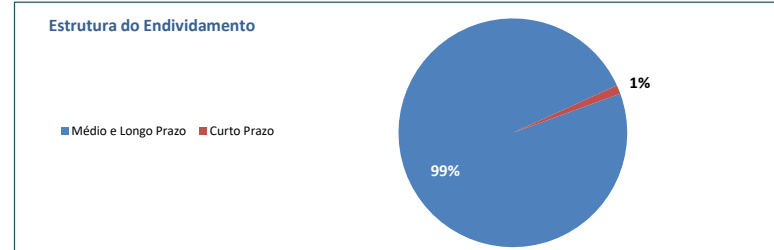
Nota: EBITDA ajustado, com valor estimado para 12 meses

No indicador Net Debt não são consideradas as Locações Financeiras

Evolução do Endividamento



Dívida Financeira	547,7 M€
<p>A Dívida Financeira Total da AdP SGPS é composta por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Empréstimo Obrigacionista, que prevê uma amortização programada de capital no valor de 6,8 M€ ano. Atualmente com o saldo de 541 M€ em M/L prazo e 6,8 M€ Curto prazo. - Empréstimos obtidos junto das Empresas Subsidiárias com excedente de tesouraria, atualmente sem saldo. Em dez/20 foi contraído um empréstimo de 22,0 M€ junto da EPAL, também integralmente reembolsado em jan/21. <p>A Dívida Financeira atingiu, em junho de 2021, cerca de 547,7 M€, refletindo uma redução de 25,4 M€ face 2020 e em linha com a estimativa para 2021.</p> <p>Face a dezembro de 2020, a redução observada decorre do reembolso de empréstimos obtidos em dezembro junto das empresas do subsidiárias, tendo o reembolso, no total de 22,0 M€, ocorrido em jan-21, realizado junto da EPAL.</p> <p>Quanto ao desvio de 3,4 M€ registado face ao orçamentado, corresponde ao efeito da amortização programada fixa sobre os empréstimos obrigacionistas, que ocorre nos meses de fevereiro e agosto de cada ano.</p>	
Net Debt - Endividamento líquido	504,3 M€
<p>O Endividamento Líquido atinge os 504,3 M€, sendo este composto pelos empréstimos obrigacionistas (547,7 M€), deduzido das disponibilidades (43,4 M€).</p> <p>Dá-se ainda nota de que a melhoria que se observa no indicador Net Debt to EBITDA é condicionada pelo reconhecimento extraordinário registado na rubrica de outros rendimentos operacionais, já mencionado anteriormente.</p>	



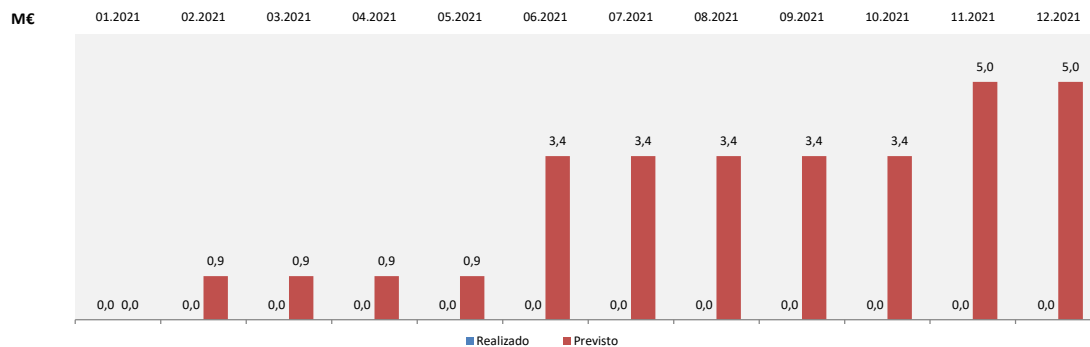
3. INVESTIMENTO

2º trimestre 2021

Unid: Eur

Investimento	2021					Acumulado 2021	12M	
	3M	6M	9M	12M	2020		Orç. 2021	
Investimento	€	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!	1 203 768	5 000 000
Participações financeiras	€	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!	1 203 768	5 000 000

Investimento mensal acumulado: realizado vs previsto



Investimento	#REF!	M€
<p>Nos primeiros 6 meses do ano a AdP SGPS procedeu (em jun/21) ao investimento de 0,9M€ na AdAM, correspondente ao aumento de participação de capital social na empresa (previsto para fev/21).</p> <p>Em orçamento, encontra-se previsto um conjunto de investimentos para 2021, que totalizam 5.0 M€. </p> <p>Com referência ao 1º semestre, para além do investimento realizado na AdAM (referido anteriormente), em orçamento encontra-se previsto um investimento no valor de 2,5 M€, correspondente a um reforço da posição acionista no capital social da AdTA (previsto para jun/21).</p>		

4.1. ANÁLISE DE EVOLUÇÃO DE PRINCÍPIOS ORÇAMENTAIS (Atividade Total)

2º trimestre 2021

Indicadores e Gastos Operacionais	2021				6M		OBJETIVO ANUAL - 12M	
	3M	6M	9M	12M	2019	Orç. 2021	2019	Orç. 2021
GASTOS OPERACIONAIS	€ 2 459 244	5 100 316			3 884 047	6 961 183	8 363 119	13 569 317
(1) CMVCM	€ -	0			-	-	0	0
(2) FSE's	€ 741 832	1 696 107			1 576 416	3 179 210	3 612 184	5 942 746
(3) PESSOAL (DR)	€ 1 717 411	3 404 209			2 307 631	3 781 973	4 750 935	7 626 571
i) impacto valoriz. direitos previstos nos IRCT	€ -	0			-	110 876	9 763	221 751
ii) impacto valoriz. remun. não abrang. por IRCT	€ -	0			-	-	-	-
iii) Rescisões/Indemnizações	€ -	0			-	-	69 804	120 000
EFEITO COVID	€ -	6 241	6 571		-	-	-	-
iv) FSE's - Efeitos COVID	€ -	-	-		-	-	-	-
v) Pessoal - Efeitos COVID	€ -	6 241	6 571		-	-	-	-
vi) Viaturas - Efeitos COVID	€ -	-	-		-	-	-	-
vii) VN - Efeitos COVID	€ -	-	-		-	-	-	-
OUTRAS RUBRICAS OPERACIONAIS	€ 96 555	273 023			161 778	833 813	933 958	1 669 097
viii) Gastos com Deslocações, Alojamento e ajudas de	€ 2 774	14 192			5 035	24 552	30 605	50 574
ix) Gastos com as viaturas ^(a)	€ 55 097	134 642			92 775	184 583	222 176	369 166
x) Gastos com estudos, pareceres e proj. Consultoria	€ 38 683	124 188			63 968	624 679	681 177	1 249 357
INDICADORES DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS RELATIVOS A GASTOS OPERACIONAIS								
GO/VN (1)/(5) ^(b)	%	58,3%	62,0%		71,4%	78,7%	73,9%	76,7%
(4) Gastos Operacionais ^(b) = (1) + (2) + (3) + (iv) + (v)	€	2 453 002	5 093 744		3 884 047	6 961 183	8 363 119	13 569 317
(5) Volume de Negócios ^(c) = (VN) + (vii)	€	4 204 514	8 210 687		5 437 264	8 840 079	11 317 016	17 680 157
Gastos com Pessoal ^(d) = (3) - (i) - (ii) - (iii) + (v)	€	1 711 170	3 397 637		2 307 631	3 671 098	4 671 368	7 284 820
Rubricas Operacionais ^(e) = (vi) + (viii) + (ix)	€	57 872	148 835		97 811	209 134	252 781	419 740
Gastos c/ estud., pareceres e proj. Consult. (f) = (x)	€	38 683	124 188		63 968	624 679	681 177	1 249 357

NOTAS:

- a) Inclui: rendas/amortizações, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, portagens, estacionamento, pneumáticos e taxas e impostos;
b) A rubrica de gastos com pessoal não é corrigida conforme o constante na alínea a) do nº3 do artigo 158 do DLEO nº 84/2019, de 28 de junho;
c) O volume de negócios não incorpora o DRG e a IFRIC 12;
d) Conforme alínea a) do nº3 do artigo 158 do DL nº84/2019, de 28 de junho;
e) Conforme alínea b) do nº3 do artigo 158 do DL nº84/2019, de 28 de junho;
f) Conforme alínea c) do nº3 do artigo 158 do DL nº84/2019, de 28 de junho

Indicador Financeiro	2021				6M		OBJETIVO ANUAL - 12M	
	3M	6M	9M	12M	2019	Orç. 2021	2019	Orç. 2021
ENDIVIDAMENTO - LOE 2021 (artº ...)								
Financiamento Remunerado	€ 547 727 273	547 727 273			683 363 636	540 909 091	661 954 545	544 318 182
Var. Endiv. (DLEO 2019 (artº159) e IEIPG 2020 (nº4.2))	% -10,4%	-10,4%			-0,6%	-11,0%	-2,5%	-10,7%

Indicador Operacional	2021				6M		OBJETIVO ANUAL - 12M	
	3M	6M	9M	12M	2019	Orç. 2021	2019	Orç. 2021
RH - LOE 2021 (artº ...), DLEO 2019 (artº157) e IEIPG ... (nº...)								
Número Total de RH (OS +Trabalhadores)	Nº 109	113			71	118	71	118
N.º Órgãos Sociais (OS)	Nº 14	14			12	14	12	14
N.º Trabalhadores (exceto OS)	Nº 95	99			59	104	59	104

NOTAS:

O rácio de ENDIVIDAMENTO trimestral é calculado com base no comparativo do real a dezembro de 2019. O rácio de ENDIVIDAMENTO de 2019 é calculado com base no comparativo do real a dezembro de 2018. O rácio de ENDIVIDAMENTO do Orç.2021 é calculado com base no real a dezembro de 2019.

Princípio Financeiro - PRC	6M			Ano Referência
	2021	2020	2019	
Gastos com Pessoal	€ 3 404 209	2 198 862	2 011 706	
Órgãos Sociais	€ 354 893	229 357	311 417	
Absentismos (**)	€ -	-	-	
Gastos com Pessoal (sem efeito de OS e Absentismos)	€ 3 049 316	1 969 505	1 700 290	2020
Rubricas Operacionais (*)	€ 148 835	111 440	97 811	2020
Gastos c/ estud., pareceres e proj. Consult.	€ 124 188	190 508	67 047	2020

(*) Valor engloba gastos com Viaturas, Deslocações, Alojamento e Ajudas de Custo

(**) Indicador a apurar no final do exercício

Pressupostos de Análise:

Ao abrigo das Instruções constantes no Despacho n.º 395/2020 do SET de 27/07/2020, é estabelecido que o cumprimento dos indicadores/princípios orçamentais é efetuado com referência ao exercício de 2019, uma vez que se assumiu que o ano de 2020 constituiu um ano atípico, decorrente da situação conjuntural determinada pela pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2.

PESSOAL

Os valores apurados e estimados que compõem os efeitos COVID em Gastos com Pessoal são fundamentalmente gastos incorridos com equipamento de proteção e linha de apoio psicológico.

Para efeito de cálculo dos princípios orçamentais, adotou-se o disposto no DLEO 84/2019 de 28 de junho, assim como das IEIPG para 2020, através do ofício nº 3653, de 26 de setembro de 2019. Nos termos do nº4 do despacho nº398/2020 do SET, para avaliação do rácio GO/VN, aos gastos operacionais (GO) devem ser subtraídos gastos operacionais que resultem das medidas tomadas para fazer face à pandemia. Estes gastos respeitam quer a FSE's quer a Pessoal.

A projeção para o ano de 2021 assume o valor de 222 mil€, correspondente a valorizações remuneratórias decorrentes do ACT. O pressuposto assumido para a análise do trimestre é a mensuração daquele valor anual.

Análise:

O rácio **GO/VN** apresenta um valor, de 62,0% no 2º trimestre de 2021. O rácio é cumprido face a igual período de 2019, sobretudo pelo desempenho favorável do Volume de Negócios. Face ao Orçamentado para 2021, verifica-se o cumprimento do indicador, encontrando-se este abaixo do previsto para o 2º trimestre (78,7%) e para o final do ano (76,7%)

O indicador de **Gastos com Pessoal** apresenta o valor de 3,4 M€, o que representa um crescimento face a 2019, decorrente sobretudo do processo de reorganização (ocorrido em 01 de agosto de 2020). Se comparado ao orçamentado para igual período de 2021, este encontra-se abaixo do previsto. É expectável o cumprimento deste indicador no final do ano.

Os indicadores de **Rubricas Operacionais** e de **gastos c/ estudos, pareceres, proj. consult.**, refletem, crescimentos face a igual período de 2019, decorrente sobretudo do efeito da reorganização.

Face ao orçamentado para igual período, o valor da ambos os indicadores encontram-se abaixo do previsto.

Endividamento:

O indicador **Endividamento** reflete uma redução do financiamento remunerado, face ao 2º trimestre de 2019, no valor de 135,6 M€. Esta redução deve-se, essencialmente, aos reembolsos de empréstimos obtidos junto das empresas subsidiárias. Em 2020, a empresa reembolsou cerca de 141 M€.

Conforme previsto na LOE e no DLEO para 2019, existe um limite de crescimento do endividamento da empresa, até 2% face a 2020. No 2º trimestre de 2021 e conforme disposto no artº159 do DLEO, este indicador regista uma redução de 10,4% face a dezembro de 2019.

Recursos Humanos:

Constata-se, a junho de 2021, um aumento do nº de trabalhadores ativos em 43, face ao registado no final de 2019, e uma redução face ao previsto para dezembro de 2021 (-5 trabalhadores). O acréscimo de 43 face ao fecho de 2019 justifica-se pela reorganização operada em agosto de 2020.

Em 2021, constituem os órgãos sociais: 6 membros do CA, 1 ROC, 3 membros do Conselho Fiscal, 3 membros da AG e 1 Secretária da Sociedade, num total de 14.

Em 2019, não foram considerados para efeitos do número de órgãos sociais, o ROC e o Secretário da Sociedade.

Ponto 3.1 dos Princípios Financeiros (Despacho nº 395/2020 - SET)

No âmbito da monitorização do ponto 3.1. das IPG 2020 definiu-se o ano de referência para cada uma das rubricas em análise em função do valor anual real entre 2019 e 2020, tendo-se assumido para o maior valor. No caso da AdP SGPS, para os 3 indicadores é o ano de 2020 a referência por apresentar valores executados superior aos do ano de 2019.

Face à reorganização operada, a presente monitorização deverá ser efetuada com base na atividade comprável ou corrente. Vide quadro correspondente, no ponto 4.2 abaixo,

4.2. ANÁLISE DE EVOLUÇÃO DE PRINCÍPIOS ORÇAMENTAIS (Atividade Comparável)

2º trimestre 2021

Indicadores e Gastos Operacionais	2021				6M		OBJETIVO ANUAL - 12M	
	3M	6M	9M	12M	2019	Orç. 2021	2019	Orç. 2021
GASTOS OPERACIONAIS	€ 1 995 048	4 130 791			3 884 047	5 037 531	8 363 119	9 165 219
(1) CMVCM	€ -	-			-	-	-	-
(2) FSE's	€ 725 833	1 611 716			1 576 416	2 266 274	3 612 184	3 757 627
(3) PESSOAL (DR)	€ 1 269 215	2 519 075			2 307 631	2 771 256	4 750 935	5 407 592
i) impacto repos. direitos previstos nos IRCT	€ -	-			-	110 876	9 763	221 751
ii) impacto valoriz. remun. não abrang. por IRCT	€ -	-			-	-	-	-
iii) Rescisões/Indemnizações	€ -	-			-	-	69 804	120 000
EFEITO COVID	€ -	6 241	-	6 571	-	-	-	-
iv) FSE's - Efeitos COVID	€ -	-			-	-	-	-
v) Pessoal - Efeitos COVID	€ -	6 241	-	6 571	-	-	-	-
vi) Viaturas - Efeitos COVID	€ -	-			-	-	-	-
vii) VN - Efeitos COVID	€ -	-			-	-	-	-
OUTRAS RUBRICAS OPERACIONAIS	€ 68 008	175 084			161 778	440 345	933 958	882 282
viii) Gastos com Deslocações, Alojamento e ajudas de	€ 1 596	11 609			5 035	15 172	30 605	31 934
ix) Gastos com as viaturas ^(a)	€ 48 928	116 062			92 775	137 674	222 176	275 348
x) Gastos com estudos, pareceres e proj. Consultoria	€ 17 484	47 413			63 968	287 500	681 177	575 000

INDICADORES DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS RELATIVOS A GASTOS OPERACIONAIS

GO/VN (1)/(5) ^(b)	%	63,7%	68,3%	71,4%	84,2%	73,9%	76,6%
(4) Gastos Operacionais ^(b) = (1) + (2) + (3) + (iv) + (v)	€	1 988 807	4 124 219	3 884 047	5 037 531	8 363 119	9 165 219
(5) Volume de Negócios ^(c) = (VN) + (vii)	€	3 119 913	6 041 486	5 437 264	5 985 060	11 317 016	11 970 119
Gastos com Pessoal^(d) = (3) - (i) - (ii) - (iii) + (v)	€	1 262 974	2 512 503	2 307 631	2 660 381	4 671 368	5 065 841
Rubricas Operacionais^(e) = (vi) + (viii) + (ix)	€	50 525	127 671	97 811	152 845	252 781	307 282
Gastos c/ estud., pareceres e proj. Consult. (f) = (x)	€	17 484	47 413	63 968	287 500	681 177	575 000

NOTAS:

- a) Inclui: rendas/amortizações, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, portagens, estacionamento, pneumáticos e taxas e impostos;
 b) A rubrica de gastos com pessoal não é corrigida conforme o constante na alínea a) do nº3 do artigo 158 do DLEO nº 84/2019, de 28 de junho;
 c) O volume de negócios não incorpora o DRG e a IFRIC 12;
 d) Conforme alínea a) do nº3 do artigo 158 do DL nº84/2019, de 28 de junho;
 e) Conforme alínea b) do nº3 do artigo 158 do DL nº84/2019, de 28 de junho;
 f) Conforme alínea c) do nº3 do artigo 158 do DL nº84/2019, de 28 de junho

Indicador Operacional	2021				6M		OBJETIVO ANUAL - 12M	
	3M	6M	9M	12M	2019	Orç. 2021	2019	Orç. 2021
RH - LOE 2021 (artº ...º), DLEO 2019 (artº157) e IEIPG ... (nº...)								
Número Total de RH (OS +Trabalhadores)	Nº 76	76			71	80	71	80
N.º Órgãos Sociais (OS)	Nº 14	14			12	14	12	14
N.º Trabalhadores (exceto OS)	Nº 62	62			59	66	59	66

Cumprimento ao Despacho 395-SET	6M			Ano
	2021	2020	2019	Referência
Gastos com Pessoal	€ 2 519 075	2 198 862	2 011 706	
Órgãos Sociais	€ 354 893	229 357	311 417	
Absentismos (**)	€ -	-	-	
Gastos com Pessoal (sem efeito de OS e Absentismos)	€ 2 164 182	1 969 505	1 700 290	2020
Rubricas Operacionais (*)	€ 127 671	111 440	97 811	2020
Gastos c/ estud., pareceres e proj. Consult.	€ 47 413	190 508	67 047	2020

(*) Valor engloba gastos com Viaturas, Deslocações, Alojamento e Ajudas de Custo

(**) Indicador a apurar no final do exercício

Pressupostos de Análise:

Tal como referido acima, o exercício de análise do desempenho de 2021, requer em função da reorganização corporativa, a necessidade de distinção entre a atividade histórica da AdP SGPS, que não considera o impacto da atividade transitada da AdP VALOR e a atividade não recorrente que traduz apenas os rendimentos e gastos associados às direções transítadas da AdP VALOR. Conforme proposta de PAO para 2021 é, seguidamente, feita a análise ao cumprimento dos princípios orçamentais para o ano de 2021, relativamente à atividade comparável ou corrente, ou seja não incluindo a atividade transitada.

PESSOAL

Os valores apurados e estimados que compõem os efeitos COVID em Gastos com Pessoal são fundamentalmente gastos incorridos com equipamento de proteção e linha de apoio psicológico.

A projeção para o ano de 2021 assume o valor de 222 mil€, correspondente a valorizações remuneratórias decorrentes do ACT. O pressuposto assumido para a análise do trimestre é a mensualização daquele valor anual.

Análise:

O rácio **GO/VN** apresenta um valor, de 68,3% no 2º trimestre de 2021. Neste período, o rácio é cumprido face a igual período de 2019, sobretudo pelo desempenho favorável do Volume de Negócios. Face ao orçamentado para 2021, verifica-se o cumprimento do indicador, quer para o 2º trimestre (84,2%) quer para o estimado para final do ano (76,6%).

O indicador de **Gastos com Pessoal** apresenta o valor de 2,5 M€ a junho de 2021, o que representa um crescimento (+8,9%) face a igual período de 2019. Este crescimento decorre, fundamentalmente, das valorizações salariais: i) do ano de 2019 (cujo reflexo em 2019 foi de apenas um (1) trimestre e de dois (2) trimestres em 2021); ii) e do exercício de 2020 (aproximadamente 74 mil€). Com menor impacto, verificou-se ainda a alteração de política de *Assurance* do Grupo, que estendeu em 2020, o seguro de vida a todos os colaboradores.

Quando comparado com o orçamentado para igual período de 2021, verifica-se uma tendência de cumprimento, que se espera manter no final do ano.

O indicador de **Rubricas Operacionais**, reflete, um acréscimo face a igual período de 2019, no montante de 30 mil€. Este desvio decorre essencialmente de 2 fatores: i) o aumento dos gastos com deslocações estadas, com enfoque para um aumento nas deslocações internas e externas (+8 mil€); e ii) o aumento do número de viaturas em utilização, por via de regressos de colaboradores em 2021 e respetivos gastos (+22 mil€). Verifica-se ainda, face a 2019, também uma redução nas ajudas de custo em cerca de 1,1 mil€.

Face ao orçamentado, o valor registado a junho está abaixo do previsto, sendo expectável o cumprimento deste indicador no final do ano.

O indicador de **gastos c/ estudos, pareceres, proj. consult.**, apresenta um valor abaixo do registado a junho de 2019, sendo expectável o cumprimento deste indicador no final do ano.

Recursos Humanos:

A junho de 2021, a AdP SGPS regista um número total de colaboradores ativos (incluindo OS) de 76. A diferença (+5) face a igual período de 2019 é fundamentada por: i) a consideração e contabilização de 2 OS (ROC e Sec. Sociedade), não considerados em 2019; e ii) o aumento/regresso de 3 colaboradores, já integrantes do headcount da empresa.

Face ao previsto, regista-se uma diferença de menos 4 trabalhadores. Este desvio, decorre da não verificação, conforme proposto em sede de PAO, do recrutamento de trabalhadores que integravam já o *headcount* da empresa.

Ponto 3.1 dos Princípios Financeiros (Despacho nº 395/2020 - SET)

Em função do referido acima e dado que para o período em análise a reorganização corporativa só tem impacto em 2021, mantém-se o ano de 2020 como referência para a monitorização deste princípios financeiros.

No que respeita ao indicadores Gastos com Pessoal a variação verificada decorre da admissão de 4 colaboradores em 2021 que não constituem aumento de *headcount*, sendo que 2 encontravam-se autorizados no âmbito do PAO 2020.

Relativamente às Rubricas Operacionais é expectável, o cumprimento desta referência no final do ano.

ACRÓNIMOS	DESCRIÇÃO
Gerais	
ACT	Acordo Coletivo de trabalho
AdA	Águas do Algarve
AdAM	Águas do Alto Minho
AdCL	Águas do Centro Litoral
AdNorte	Águas do Norte
AdP	Águas de Portugal
AdVT	Águas do Vale do Tejo
AgdA	Águas Públicas do Alentejo
BEI	Banco Europeu de Investimentos
DLEO	Decreto-Lei de Execução Orçamental
EPAL	Empresa Portuguesa das Águas Livres
FSE	Fornecimento e Serviços Externos
IEIPG	Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão
LOE	Lei de Orçamento de Estado
NSE	Níveis de Serviços Estabelecidos
OT	Obrigações do Tesouro
PAO	Plano de Atividades e Orçamento
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
SET	Secretaria de Estado do Tesouro
SMM	Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento
VN	Volume de Negócios
Indicadores	
DRG	Desvio Recuperação de Gastos
EBIT(DA)	Earning Before Interest and Taxes (Depreciations and Amortizations)
FA	Fundo Ambiental
GO	Gastos Operacionais
IFRIC12	Internacional Financial Reporting Interpretations Committee
OT	Obrigações do Tesouro (a 10 anos)
VN	Volume de Negócios
ROA	Rentabilidade dos Ativos
ROCE	Rentabilidades do Capital Empregue
ROE	Rentabilidade do Capital Próprio
Unidades	
M€	Milhões de Euros
m€	Milhares de Euros
€	Euros
3M, 6M, 9M e 12 M	Valores Acumulados do; 1º trimestre, 2º trimestre, 3º trimestre e 4º trimestre, respetivamente
FÓRMULAS	
Autonomia Financeira	Capital Próprio / Ativo Total
Debt to Equity	Dívida Financeira / Capital Próprio
EBIT	EBITDA (Ajustado - Amortizações, provisões e perdas por imparidade + Subsídios ao Investimento)
EBITDA	Resultado Operacional + Amortizações, provisões e perdas por imparidade - Subsídios ao investimento
Fundo de Maneio	Ativos Correntes / Passivos Correntes
Gastos Operacionais	Custo das vendas + FSE + Gastos com Pessoal + Amortizações, provisões e perdas por imparidade + Outros Gastos Operacionais
Liquidez Geral	Ativos Correntes / Passivos Correntes
Margem EBITDA	EBITDA (Ajustado) / Volume de Negócios
Net Debt	Dívida Financeira - Disponibilidades
Net Debt to EBITDA	Net Debt / EBITDA
ROA	Resultado Líquido / Ativo Total
ROCE	EBIT / (Capital Próprio)
ROE	Resultado Líquido / Capital Próprio
Solvabilidade	Capital Próprio / Passivo Total
Variação do Endividamento	$[(\text{Financiamento Remunerado}_N - \text{Financiamento Remunerado}_{N-1}) + (\text{Capital Social}_N - \text{Capital Social}_{N-1})] / [\text{Fundo de Remuneração}_{N-1} + \text{Capital Social}_{N-1}]$
Volume de Negócios	Vendas + Prestações de Serviços

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre a Execução Orçamental do 2.º Trimestre de 2021

Introdução

Para efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, apresentamos o nosso relatório sobre a Execução Orçamental do 2.º trimestre de 2021, da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP), cujos mapas financeiros apresentam um valor de ativo orçamentado e real de 1.430.170.870 euros e 1.438.023.773 euros, respetivamente, de capital próprio orçamentado e real de 871.480.353 euros e 878.821.776 euros, respetivamente, e um resultado líquido orçamentado e real de 44.373.733 euros e 49.041.884 euros, respetivamente.

Responsabilidades

O Conselho de Administração procedeu à elaboração do referido Relatório sobre a Execução orçamental do 2.º trimestre de 2021, para cumprimento do diploma legal mencionado no parágrafo anterior.

A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação da informação contida no referido relatório, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada, quanto a se a informação contida no Relatório sobre a Execução Orçamental do 2.º Trimestre de 2021, está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu principalmente, em indagações, procedimentos analíticos e análise documental destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação contida no referido Relatório sobre a Execução Orçamental do 2.º Trimestre de 2021;
- a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a adequação da apresentação da informação constante do Relatório sobre a Execução Orçamental do 2.º Trimestre de 2021.

Adicionalmente, devemos ainda referir que (i) efetuámos os contactos considerados adequados nas circunstâncias, tendo obtido todos os esclarecimentos necessários; (ii) analisámos a evolução da situação económica e financeira da Empresa; e (iii) verificámos o cumprimento das obrigações legais.

Conclusões

Não tomámos conhecimento de que as políticas e procedimentos contabilísticos da Empresa tenham registado alterações significativas no 2.º trimestre de 2021, sendo os valores reportados decorrentes dos processamentos e registos das operações / transações realizadas no período em análise, tendo em conta o mencionado no parágrafo anterior.

Consideramos adequadas as divulgações efetuadas no Relatório sobre a Execução Orçamental do 2.º trimestre de 2021, nomeadamente no que respeita aos desvios verificados.

O Despacho n.º 395/2020 – SET, de 27 de julho de 2020, define as instruções para a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2021, das empresas públicas não financeiras do SEE. Consta deste diploma a indicação de que tendo o ano de 2020 sido, para a generalidade das empresas do SEE, um ano atípico, fruto da situação conjuntural determinada pela pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2, o ano de referência a ser tomado em consideração para a elaboração dos planos anual e plurianual é, não o ano de 2020, mas sim o ano de 2019.

Conforme mencionado no Relatório sobre a Execução orçamental do 2.º trimestre de 2021, o PAO 2021 foi submetido no SIRIEF no dia 27 de dezembro de 2020, tendo sido objeto de despacho pelo SET (n.º 505/2021, de 16 de junho) que não aprovou o PAO proposto, estando atualmente a ser efetuadas as diligências necessárias para regularização desta situação. Assim, relativamente aos indicadores financeiros, tendo em conta o facto de que os valores orçamentados poderão não corresponder aos finais, com base na análise efetuada, verificámos o seguinte:

- a) O indicador de eficiência operacional é de 68,3% encontrando-se abaixo do rácio atingido em 2019 (71,4%) e abaixo do previsto para 2021 (84,2%);
- b) Os gastos com pessoal estão acima do verificado no período de 2019, mas abaixo do valor orçamentado;
- c) Os fornecimentos e serviços externos apresentam uma diferença para mais de 2% face ao valor do período de 2019 e para menos de 29% face ao montante orçamentado;
- d) O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e gastos associados à frota automóvel considerados como rubricas operacionais estão acima do valor do período de 2019 e abaixo do valor orçamentado.

Deste modo, tendo em conta o disposto no n.º 7 do art.º 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, verificámos o ponto 4. do Relatório sobre a Execução Orçamental do 2.º trimestre de 2021, que apresenta a evolução dos gastos operacionais, incluindo a discriminação dos gastos com pessoal, face ao respetivo orçamento aprovado e ao disposto na Lei do Orçamento do Estado, sendo que consideramos adequada a informação divulgada naquele ponto e que a informação se encontra em cumprimento com o disposto naquele artigo, exceto quanto ao referente aos gastos com pessoal, aos gastos considerados nas rubricas operacionais e gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, que se encontram acima do valor do período homólogo de 2019.

Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os dados e divulgações constantes do Relatório sobre a Execução Orçamental do 2.º Trimestre de 2021, tendo em conta o descrito no parágrafo acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tal informação não esteja isenta de distorções materialmente relevantes e que a mesma não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.

22 de dezembro de 2021



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Pedro Lisboa Nunes

A.
4
M

**Relatório do Conselho Fiscal
da
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA**

2.º Trimestre de 2021

O presente Relatório é emitido nos termos da alínea i), do número 1, do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e destina-se a ser enviado à Inspeção-Geral de Finanças e à Parpública, SGPS, S.A., juntamente com o Relatório apresentado pela Sociedade, para efeitos de acompanhamento e controlo financeiro.

O Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do segundo trimestre de 2021, a gestão e a evolução da situação económica e financeira, bem como a execução orçamental da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A (AdP).

No quadro da cooperação mantida com o Conselho de Administração e com os quadros da AdP, o Conselho Fiscal dispôs dos elementos necessários ao acompanhamento da sua situação de forma a emitir o presente Relatório.

O Conselho Fiscal exerceu a sua atividade de acordo com as competências previstas na Lei e nos Estatutos da Sociedade. Considerando o trabalho desenvolvido, não foram identificados, com exceção do referido abaixo, factos relevantes ou críticos, ou anomalias no funcionamento da Sociedade suscetíveis de serem relatados no âmbito do presente Relatório.

A informação disponibilizada relativamente ao segundo trimestre foi analisada em sessão do Conselho Fiscal.

A análise foi efetuada tendo em atenção os desvios do executado (real) face ao Plano de Atividades e Orçamento (PAO), bem como a sua comparação com o período homólogo de 2019, conforme emana do nº 2 do Despacho nº 395/2020 do senhor Secretário de Estado do Tesouro.

Salienta-se que o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) do ano de 2021 à data dos factos encontrava-se submetido, mas sem aprovação por parte da tutela financeira.

Relativamente aos desvios entre o executado e o PAO previsto à data, destaca-se o desvio favorável do Resultado Líquido de aproximadamente 10,52% (4,7M€) devendo-se essencialmente à melhoria dos resultados operacionais em cerca de 186,96% (2,9M€) resultante do incremento da rubrica Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais em cerca de

d.
40
M.

1,6M€, da diminuição dos gastos operacionais (-26,73% → -1,8M€) realçando-se a diminuição verificada nas rubricas Fornecimentos e Serviços Externos de 46,7% (1,4M€) e gastos com o Pessoal de 10% (0,4M€) e da melhoria dos resultados financeiros em 6,71% (3M€)

Relativamente à análise dos desvios entre o executado (real) e a comparação com o período homólogo de 2019, conforme n.º 2 do Despacho nº 395/2020 do senhor Secretário de Estado do Tesouro, a mesma atende aos efeitos da reorganização corporativa efetuada em agosto de 2020, com a transferência para a esfera de gestão da AdP SGPS, de um conjunto de áreas/direções até então pertencentes à AdP Valor, ou seja, a análise foi feita não considerando o impacto da atividade transitada da AdP Valor.

Nestes termos e no trimestre em análise se atendermos à atividade comparável, evidencia-se o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios (GO/VN) de 68,3%, inferior em 3,1 p.p. comparativamente ao ano de 2019. Salienta-se que, o valor deste rácio encontra-se expurgado do impacto da pandemia associada ao vírus SARS-COV-2 (COVID19), por via da aplicação dos necessários ajustamentos, quer ao nível do volume de negócios, quer ao nível de gastos operacionais, conforme orientações emanadas pela Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Quando excluídos os ajustamentos efetuados em cumprimento das orientações acima identificadas, o rácio não sofre qualquer alteração.

Esta melhoria resulta do aumento do Volume de Negócios (11% → 0,6M€), apesar do agravamento dos gastos operacionais (6,18% → 0,2M€), face a 31-06-2019.

O Conselho Fiscal observa que, e atendendo a que ainda não foi publicado o Decreto-Lei de Execução Orçamental para o ano de 2021, até ao momento, não se encontra a ser cumprido o disposto nas alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 158º do Decreto-Lei n.º 84/2019 (Execução Orçamental de 2019), sendo o conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e viaturas superior aos suportados em período homólogo de 2019, no entanto o mesmo cifra-se abaixo do valor do PAO, salientando-se que este ainda não se encontrava aprovado pela tutela.

Relativamente ao conjunto de gastos realizados com estudos, pareceres, projetos e consultorias constata-se que estes aumentaram face ao período homólogo de 2019, mas mantêm-se abaixo do valor do PAO.

Comparativamente ao período homólogo de 2020, considerando os efeitos da reestruturação organizacional, ou seja, incluindo o impacto da atividade transitada da AdP Valor (atividade

total), realça-se a diminuição dos resultados líquidos em 5,26% (2,7M€) relacionados essencialmente com a redução em 8,3% (4,3M€) dos resultados financeiros embora os resultados operacionais tenham melhorado em 122% (2,5M€).

Destaca-se também o agravamento dos Gastos com o Pessoal (52,8% → 1,2M€) justificado sobretudo pelo processo de reorganização corporativa efetuada em agosto de 2020, com a transferência para a esfera de gestão da AdP SGPS, de um conjunto de áreas/direções até então pertencentes à AdP Valor.

Em termos consolidados, observa-se, face ao período homólogo de 2020, um aumento do Volume de Negócios (VN) em cerca de 3% (10M€), no entanto verifica-se ainda a diminuição do VN, relacionado com a redução da atividade económica devido à pandemia associada ao vírus SARS-COV-2 (COVID19), da EPAL, S.A. (-2,3M€).

Verifica-se igualmente um acréscimo do RL do período em cerca de 1,77% (0,76M€), marcado pelo aumento do Resultado Líquido das empresas detidas a 100%, mas influenciado negativamente pela redução das taxas das Obrigações do Tesouro (OT) a 10 anos, indexante utilizado para a determinação dos Resultados Líquidos dos Sistemas Multimunicipais e Parcerias Estado-Autarquias, de 0,61% (média do 1º semestre de 2020) para 0,29% (média do 1º semestre de 2021).

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) aumentaram 3,24% (3M€), explicado em parte pelo aumento entre outros dos gastos com subcontratos (12,5% → 1,9M€) e com Conservação e reparação (10,75% → 2,77M€), contrabalançados com a diminuição dos gastos com Eletricidade em 18,51% (6,5M€).

Verificou-se igualmente que o Grupo AdP, no 2º trimestre de 2021, registou um aumento de 6,24% (3,1M€) dos Gastos com o Pessoal face ao período homólogo de 2020.

Os resultados financeiros, embora ainda negativos, apresentam, face ao período homólogo, uma melhoria de aproximadamente 9,54% (1M€) influenciada essencialmente pela diminuição dos juros suportados com os empréstimos junto do BEI (4,6% → 0,66M€).

No segundo trimestre de 2021, o endividamento líquido consolidado teve um decréscimo de 48,8M€ (-3,2%) face a 31 de dezembro de 2020.

O Conselho Fiscal destaca a manutenção da tendência recente verificada ao nível do défice tarifário, traduzida num superavit da conta Desvio de Recuperação de Gastos (DRG), desvio bruto de 28,1M€. Não obstante, a questão do DRG deverá continuar a merecer a melhor

atenção por parte do órgão de administração atenta a respetiva materialidade (em 30.06.2021 ascendia a cerca de 607M€).

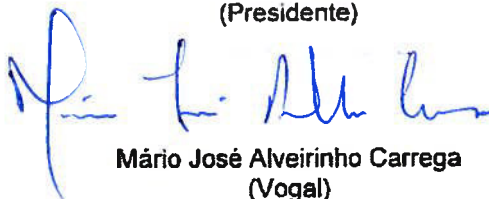
Como já referido nos relatórios anteriores é motivo de preocupação deste conselho fiscal e que deve continuar a merecer a melhor atenção por parte do órgão de administração, a deterioração dos recebimentos dos clientes, tendo a dívidas de clientes, alcançando até ao 2º trimestre de 2021 o valor de 340M€, em termos brutos. Embora se verifique um decréscimo relativamente a 31-03-2021 (-10M€) verifica-se um aumento de 13,1M€ face a 31-12-2020.

Lisboa, 17 de dezembro de 2021,

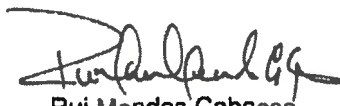
O Conselho Fiscal,



Carla Ribeiro
(Presidente)



Mário José Alveirinho Carrega
(Vogal)



Rui Mendes Cabeças
(Vogal)